



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - GESTÃO

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARLOS ANISZESKY BERGAMI

Secretário Municipal de Saúde
Decreto 9.154/2021

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO
SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno de Águia Branca/ES

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca

Gestor responsável: Marlos Aniszesky Bergami (Decreto nº 9.154/2021)

Exercício: 2021

1. RELATÓRIO

Em cumprimento as determinações contidas na IN TCEES 68/2020, e o disposto no que preconiza os artigos 70 e 74 da Constituição Federal, e o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno – RELUCI, sobre as contas do exercício financeiro de 2021 da Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca.

O presente relatório compõe a opinião acerca da Prestação de Contas Anual da Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca, sob responsabilidade do Ordenador de Despesa, Marlos Aniszesky Bergami, o qual respondeu pelo órgão no exercício de 2021, conforme estabelece a Instrução Normativa 68/2020 e suas alterações do TCEES.

Desta forma, em cumprimento a Instrução Normativa Interna nº 04/2014, que trata das normas relativas à elaboração de Parecer Conclusivo sobre as contas anuais, referente ao exercício financeiro 2021, a Unidade Gestora encaminhou a esta Controladoria Geral, em 16/03/2022, as peças contábeis da Prestação de Contas Anual para análise.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe no artigo 74 da Constituição Federal de 1988¹, em conjunto com o descrito no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

¹ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; (...) IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

TABELA REFERENCIAL 1 – INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2020 DO TCEES

1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA

1.2 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 1.2.2 – Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatório de Auditoria do Processo nº 4621/2021 – parte patronal RPPS Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD Folha de Pagamento dos servidores – parte patronal RGPS Listagem de Pagamentos disponível no Portal da Transparência	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/02, art. 79 RPPS RGPS	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e o RGPS, exercício de 2021: RPPS= R\$ 462.552,36 RGPS= R\$574.022,48 Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal repassados ao RPPS no exercício de 2021 Período analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ação de Auditoria 003/2021 do PAAI 2021 – Auditoria Governamental de Conformidade

Objetivo de auditoria: Pagamento das Obrigações previdenciárias – parte patronal do RPPS

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui e Menara Scaldaferrro Rodrigues

Prazo: 31 de dezembro de 2021

Regime de Competência: Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Patronal, realizados ao ABPREV pelo Fundo Municipal de Saúde

Mês de Referência	Data de Vencimento	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2021	12.02.2021	12.02.2021	R\$ 46.665,24	SIM
Fevereiro/2021	12.03.2021	12.03.2021	R\$ 40.980,80	SIM
Março/2021	16.04.2021	15.04.2021	R\$ 38.586,25	SIM
Abril/2021	14.05.2021	14.05.2021	R\$ 38.352,33	SIM
Maio/2021	16.06.2021	15.06.2021	R\$ 39.924,90	SIM
Junho/2021	14.07.2021	14.07.2021	R\$ 39.014,44	SIM
Julho/2021	13.08.2021	13.08.2021	R\$ 37.722,02	SIM
Agosto/2021	15.09.2021	15.09.2021	R\$ 38.159,41	SIM
Setembro/2021	15.10.2021	15.10.2021	R\$ 36.189,27	SIM
Outubro/2021	16.11.2021	16.11.2021	R\$ 33.731,98	SIM
Novembro/2021	14.12.2021	10.12.2021	R\$ 36.625,49	SIM
Dezembro/2021	14.01.2022	30.12.2021	R\$ 36.600,23	SIM
TOTAL			R\$ 462.552,36	

*Fonte: Listagem de Pagamentos ao RPPS. Processo de Auditoria nº 4621/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Regime de Competência: Regime Geral de Previdência Social

Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Patronal, realizados ao INSS

Mês de Referência	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2021	19.02.2021	37.870,56	SIM
Fevereiro/2021	18.03.2021	38.394,56	SIM
Março/2021	20.04.2021	46.905,75	SIM
Abril/2021	20.05.2021	39.929,63	SIM
Maio/2021	18.06.2021	44.851,03	SIM
Junho/2021	20.07.2021	40.889,44	SIM
Julho/2021	13.08.2021	41.396,99	SIM
Agosto/2021	20.09.2021	42.907,41	SIM
Setembro/2021	20.10.2021	45.920,62	SIM
Outubro/2021	19.11.2021	49.854,93	SIM
Novembro/2021	13.12.2021	53.606,68	SIM
Dezembro/2021	30.12.2021	36.254,70	SIM
13º salário	17.12.2021	55.240,18	
TOTAL		R\$ 574.022,48	

*Fonte: Listagem de Pagamentos ao INSS

Conclui-se pela análise dos documentos da Prestação de Contas Anual em conjunto com o Relatório de Auditoria do Processo nº 4621/2021, que a Unidade Gestora realizou de forma tempestiva os pagamentos referentes às contribuições previdenciárias patronais referentes ao RPPS e ao RGPS.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.4 – Retenção/Repasse de obrigações previdenciárias – parte servidor

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias-parte servidor	Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE	CF/88, art.40. LRF, art.69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal nº 523/2002	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2021: RPPS= R\$ 188.576,48 RGPS= R\$ 226.749,97 Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2021 Período analisado: 12 meses

Regime de Competência: Regime Próprio de Previdência Social

Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Servidor, realizados ao ABPREV pelo Fundo Municipal de Saúde

Mês de Referência	Data de Vencimento	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2021	12.02.2021	12.02.2021	R\$ 19.024,81	SIM
Fevereiro/2021	12.03.2021	12.03.2021	R\$ 16.707,34	SIM
Março/2021	16.04.2021	15.04.2021	R\$ 15.731,11	SIM
Abril/2021	14.05.2021	14.05.2021	R\$ 15.635,73	SIM
Maio/2021	16.06.2021	15.06.2021	R\$ 16.276,85	SIM
Junho/2021	14.07.2021	14.07.2021	R\$ 15.905,67	SIM



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Julho/2021	13.08.2021	13.08.2021	R\$ 15.378,76	SIM
Agosto/2021	15.09.2021	15.09.2021	R\$ 15.557,09	SIM
Setembro/2021	15.10.2021	15.10.2021	R\$ 14.753,88	SIM
Outubro/2021	16.11.2021	16.11.2021	R\$ 13.752,08	SIM
Novembro/2021	14.12.2021	10.12.2021	R\$ 14.931,73	SIM
Dezembro/2021	14.01.2022	30.12.2021	R\$ 14.921,43	SIM
TOTAL			R\$ 188.576,48	

*Fonte: DEMCSE

Regime de Competência: Regime Geral de Previdência Social
Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Servidor, realizados ao INSS

Mês de Referência	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2021	19.02.2021	R\$ 13.906,88	SIM
Fevereiro/2021	18.03.2021	R\$ 15.119,24	SIM
Março/2021	20.04.2021	R\$ 18.405,05	SIM
Abril/2021	20.05.2021	R\$ 17.002,35	SIM
Maio/2021	18.06.2021	R\$ 17.185,73	SIM
Junho/2021	20.07.2021	R\$ 17.189,81	SIM
Julho/2021	13.08.2021	R\$ 17.758,94	SIM
Agosto/2021	20.09.2021	R\$ 18.341,46	SIM
Setembro/2021	20.10.2021	R\$ 18.927,23	SIM
Outubro/2021	19.11.2021	R\$ 18.768,71	SIM
Novembro/2021	13.12.2021	R\$ 19.387,57	SIM
Dezembro/2021	30.12.2021	R\$ 19.183,07	SIM
13º salário	17.12.2021	R\$ 15.573,93	
TOTAL		R\$ 226.749,97	

*Fonte: DEMCSE

Consoante análise do Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE, a Unidade Gestora realizou a retenção das contribuições previdenciárias, efetivou tempestivamente o devido repasse das contribuições previdenciárias – parte servidor ao Instituto de Previdência – ÁGUA BRANCA PREV e ao INSS.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.5 – Parcelamento de débitos previdenciários

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	DELREP Listagem de Arrecadação de Receitas do Instituto de Previdência no período de 01.01.2021 a 31.12.2021	CF/88, art.40. LRF, art .69. Lei 9.717/1998, art.1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/2002 RPPS	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários; a)estão sendo registrados como passivo da entidade; b)estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c)se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo o ente devedor e como ativo no RPPS; d)se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e)se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Todos os repasses de contribuições previdenciárias – Parte Patronal e Parte Servidor – foram repassadas ao RPPS no exercício de 2021, não constando débitos previdenciários. Período analisado: 12 meses	Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.8 – Medidas de Cobrança – Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Declaração de repasse das obrigações previdenciárias - DELREP Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD Listagem de Pagamentos ao INSS e ao RPPS	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Valor Total das Contribuições previdenciárias Parte patronal e servidor sob o Regime de Competência do RPPS e RGPS: R\$ 1.451.901,29 Período analisado: 12 meses Conforme análise, todas as contribuições foram recolhidas, e não há objeto de cobrança ou parcelamento.	Recolhimentos Previdenciários: Janeiro: R\$ 117.467,49 Fevereiro: R\$ 111.201,94 Março: R\$ 119.628,16 Abril: R\$ 110.920,04 Maio: R\$ 118.238,51 Junho: R\$ 112.999,36 Julho: R\$ 112.256,17 Agosto: R\$ 114.965,37 Setembro: R\$ 115.791,00 Outubro: R\$ 116.107,70 Novembro: R\$ 124.551,47 Dezembro: R\$ 106.959,43 13º salário: R\$ 70.814,11

Conforme análise extraída do Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE, do Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD, da Declaração de repasse das obrigações previdenciárias – DELREP e da Listagem de Pagamentos ao



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

INSS e ao RPPS, através da amostra de Recolhimento Previdenciário Anual, todos os encargos de contribuições previdenciárias foram recolhidos mensalmente, constatando-se assim a inexistência de dívidas previdenciárias pela Unidade Gestora.

1.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle 1.3.1 – Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanço Patrimonial – BALPAT; Inventário de Bens Móveis – INVMOV; Inventário de Bens Imóveis – INVIMO; Inventário de Bens Intangíveis – INVINT Termo de Inventário de Bens Móveis - TERMOV Termo de Inventário de Bens Imóveis - TERIMO	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Saldo de valores da classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVIMOV e do Inventário de Bens imóveis – INVIMO	Período Analisado: 12 meses Valor total dos Bens Móveis: R\$ 2.702.209,90 Valor total dos Bens Imóveis: R\$ 3.794.268,55

Consoante os dispositivos legais previstos no art. 37, caput da Constituição Federal c/c artigos 94 a 96 da Lei 4.320/1964 verificou-se, inicialmente que o Relatório de Gestão - RELGES descreveu a movimentação patrimonial indicando os valores atualizados de saldo de bens móveis e imóveis, bem como o aumento de conta dos referidos bens e a depreciação acumulada no exercício de 2021.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em segunda análise, avaliou-se pelas demonstrações contábeis contidas no Balanço Patrimonial – BALPAT, que os valores especificados dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante são idênticos, respectivamente, ao saldo total contábil constante do Inventário Anual de bens móveis – INVIMOV e do Inventário de Bens Imóveis – INVIMO. Registra-se que a Unidade Gestora, não possui bens intangíveis.

Ponto de Controle 1.3.3 – Disponibilidades – financeiras depósito e aplicação						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.3	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	Balanço Patrimonial – BALPAT Extrato Bancário em 31/12/2021 Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	CONTAS BANCÁRIAS: Banco do Brasil: Agência 0806-0 Contas Bancárias: 10.871-5 29.021-1 33.491-X 35.382-5 35.410-4 Banco do Estado do Espírito Santo: Agência 080 Contas Bancárias: 20.795.902 20.805.909 20.805.933	100% SALDO DAS CONTAS Total: R\$ 1.287.937,12 Período analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					22.603.245 30.772.552 31.686.876 32.508.913 34.083.048 34.276.360	
--	--	--	--	--	--	--

Analisando o Termo de Verificação de Disponibilidades – TVDISP, em confronto com os extratos bancários e o Balanço patrimonial – BALPAT, verifica-se que as disponibilidades financeiras foram depositas em instituições financeiras oficiais.

Ponto de Controle 1.3.4 – Disponibilidades – financeiras depósito e aplicação						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	Termo de Verificação de Disponibilidade - TVDISP; Extrato bancário em 31/12/2021 - EXTBAN Balanço Financeiro - BALFIN; Balanço Patrimonial -	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no	CONTAS BANCÁRIAS: Banco do Brasil: Agência 0806-0 Contas Bancárias: 10.871-5 29.021-1 33.491-X 35.382-5 35.410-4 Banco do Estado do Espírito Santo: Agência 080 Contas Bancárias: 20.795.902	Banco do Estado do Espírito Santo: Agência 080 Contas Bancárias: 20.795.902 – R\$ 24.509,01 20.805.909 – R\$ 13.606,25 20.805.933 – R\$ 34.672,17 22.603.245 – R\$ 172.469,83 30.772.552 – R\$ 8.894,97 31.686.876 – R\$ 11.411,73 32.508.913 – R\$ 60.479,38 34.083.048 – R\$ 16.148,23 34.276.360 – R\$ 100.271,12 Banco do Brasil: Agência 0806-0



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		BALPAT; Demonstração dos Fluxos de Caixa - DEMFCA		final do exercício.	20.805.909 20.805.933 22.603.245 30.772.552 31.686.876 32.508.913 34.083.048 34.276.360 As demonstrações contábeis, quais sejam, Termo de Verificação de Disponibilidades, Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro, em confronto com os Extratos bancários, evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e de aplicações financeiras.	Contas Bancárias: 10.871-5 (A) – R\$ 346,37 29.021-1(A) – R\$ 12.846,41 33.491-X (A) – R\$ 29.774,64 35.382-5 (A) – R\$ 802.265,07 35.410-4 (A) – R\$ 241,94 Total: R\$ 1.287.937,12
--	--	--	--	------------------------	---	--

Consoante a conciliação dos registros constantes dos extratos bancários no encerramento do exercício financeiro de 2021, com o Balanço Patrimonial – BALPAT, Balanço Financeiro – BALFIN, Demonstração do Fluxo de Caixa – DEMFCA, e Termo de Verificação de Disponibilidades – TVDISP, verifica-se que as demonstrações contábeis refletem adequadamente os saldos constantes dos extratos bancários.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

2.2 Gestão Fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 2.2.28 – Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	<p>CRONOS – Decreto nº 9.285/2021 – Instrução Normativa SFI 02/2021, de 17.03.2021</p> <p>JUSTCRO – Justificativas de ordem Cronológicas http://aguia-branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=76</p> <p>Listagem de Liquidação e pagamentos do Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca</p>	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades	<p>Decreto nº 9.285/2021 – Instrução Normativa SFI 02/2021, de 17.03.2021</p> <p>Listagem de Liquidação e pagamentos do Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca, nos meses de junho, setembro e dezembro de 2021.</p> <p>Decretos Municipais justificando quebra de ordem cronológica de pagamentos nos 03 meses analisados: 9.392/2021 – 07.06.2021 9.500/2021 – 13.09.2021</p> <p>Soma da quantidade pagamentos realizados nos 03 (três) meses analisados: 684 pagamentos</p>	<p>Período analisado: 03 meses (junho, setembro e dezembro de 2021)</p> <p>Quantidade de justificativas de quebra da ordem cronológica nesses 03 meses: 02 justificativas</p> <p>Constatou-se a ocorrência de 14 (quatorze) quebras de ordem cronológica sem apresentação de justificativa pertinente, conforme descrevo abaixo:</p> <p>JUNHO/2021 FONTE DE RECURSO: 12140000000 Nº de liquidação: 929/2021 930/2021 933/2021</p> <p>FONTE DE RECURSO: 12110000000 Nº de liquidação: 926/2021 927/2021 928/2021</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						929/2021 970/2021 971/2021 972/2021 FONTE DE RECURSO: 22140000000 Nº de liquidação: 923/2021 931/2021 SETEMBRO/2021 FONTE DE RECURSO: 12140000000 Nº de liquidação: 1352/2021 FONTE DE RECURSO: 22140000000 Nº de liquidação: 1353/2021 Porcentagem de quebra de ordem cronológica sem justificativa: 2,04% Porcentagem de pagamentos realizados em acordo com a Ordem Cronológica de pagamentos: 97,96%
--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle 2.3.1 – Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.3.1	Passivos Contingentes – reconhecimento de precatórios	Balanco patrimonial - BALPAT	CRBF/88, art.100./Lei nº4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC –co TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	Conforme evidenciado no Balanço Patrimonial - BALPAT, a Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde não apresenta precatórios judiciais.	Período analisado: 12 meses

Ponto de Controle 2.3.2 – Dívida pública – precatórios - pagamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.3.2	Dívida Pública – precatórios - pagamento	DEMDIFD - Demonstrativo da Dívida Fundada DEMDFLT - Demonstrativo da Dívida Flutuante	CRFB/88, art.100 c/c Lei 4.320/64, art.67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Conforme evidenciado no Demonstrativo da Dívida Fundada (DEMDIFD) e no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DEMDFLT), o Fundo Municipal de Saúde não apresenta precatórios judiciais a pagar. Período analisado: 12 meses.	Período analisado: 12 meses.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.4 Limites constitucionais e legais

Ponto de Controle 2.4.3 – Dívida pública - originalmente						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.3	Dívida pública originalmente superior ao limite redução do valor excedente	DEMDIFD - Demonstrativo da Dívida Fundada DEMDFLT - Demonstrativo da Dívida Flutuante	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, Inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001, excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	Conforme evidenciado no Demonstrativo da Dívida Fundada (DEMDIFD) e no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DEMDFLT), o Fundo Municipal de Saúde não apresenta dívida consolidada líquida. Período analisado: 12 meses.	Período analisado: 12 meses.

Em análise da conciliação do Demonstrativo da Dívida Fundada - DEMDIFD com o Demonstrativo da Dívida Flutuante - DEMDFLT, verificou-se que o Fundo Municipal de Saúde não possui dívida consolidada líquida.

2.5 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 2.5.7 – Servidores Cedidos						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.7	Servidores cedidos	DECLCEDI – Declaração de servidores	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte	Conforme evidenciado no arquivo DECLCEDI, a Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde não possui	Período analisado: 12 meses.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		cedidos.	art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	do contrato/termo de cessão de servidores.	servidores cedidos a outros entes. Período analisado: 12 meses.	
--	--	----------	---	---	--	--

Considerando informação constante na Declaração do Ordenador de Despesa, a Unidade Gestora, não possui servidores cedidos a outros entes.

Ponto de Controle 2.5.10 – Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização legal						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização legal	Declaração de Repasse integral das contribuições previdenciárias - DELREP Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, §1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Conforme evidenciado nos arquivos DELREP e DEMCSE, a Unidade gestora não apresenta débitos previdenciários, não sendo necessária autorização legal para parcelamento.	Período Analisado: 12 meses

Ponto de Controle 2.5.22 – Contabilização da amortização do déficit atuarial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.22	Contabilização da amortização do	Balancete de Verificação -	MCASP e Portaria	Verificar se houve a correta contabilização dos	Conforme evidenciado no BALVER – Balancete de verificação, há	Elementos de despesa:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

déficit atuarial	BALVER	MPS 403/2008, art. 17.	repasse das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como o reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	ocorrência da correta contabilização do repasse das amortizações de déficit atuarial ao RPPS, bem como o reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	211200000000 – Benefícios Previdenciários a pagar 211220000000 - Benefícios Previdenciários a pagar Intra OFSS 211220700000 – Aporte para cobertura de déficit atuarial a pagar Período analisado: 12 meses.
------------------	--------	------------------------	---	--	---

Segundo consta no Balancete Contábil de Verificação – BALVER, constatou-se a correta contabilização dos repasses das amortizações de déficit atuarial ao RPPS pela Unidade Gestora, bem como o reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e da Portaria MPS 403/2008.

Ponto de Controle 2.5.37 – Contabilização da amortização do déficit atuarial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.37	Registro de Admissões	Ausência de parecer da Controladoria Geral do Município quanto a registro de novas admissões de concurso público.	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhados ao TCE para fins de registro.	Não foram admitidos servidores no Regime Estatutário pela Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde no exercício de 2021, tendo em vista a não realização de concurso público. Período analisado: 12 meses.	Período analisado: 12 meses.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.6 Demais atos de gestão

Ponto de Controle 2.6.3 – Pessoal – contratação por tempo determinado						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Lei Ordinária Municipal nº 1.554/2019 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1554-2019-1575894433.pdf	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Contratações por tempo determinado do Fundo Municipal de Saúde, conforme Lei Municipal nº 1.554/2019. Conforme disposição na Lei nº Municipal nº 1.554/2019, foi realizada a criação de 82 cargos para profissionais de saúde. Vigência da Lei – 12 meses/ prorrogável por igual período – Art.1º §2º da Lei nº Municipal nº 1.554/2019.	Em análise a legislação municipal em confronto com as contratações realizadas, evidencia-se o atendimento da necessidade temporária e excepcional de interesse público nas contratações realizadas no exercício de 2021.

Em análise a Lei Municipal nº 1554/2019 prorrogado pelo Decreto nº 9.169/2021, que instituiu a contratação emergencial e por tempo determinado de servidores públicos sob o regime jurídico administrativo especial para o exercício das atividades junto à administração municipal, verifica-se o atendimento ao critério de necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

Ponto de Controle 2.6.6 – Dispensa e inexigibilidade de licitação						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de	Relatório de Auditoria do Processo de Auditoria nº	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Avaliar se as contratações por dispensa ou	Em análise dos processos de contratações por dispensa e	Valor total da amostra dos processos de contratação por



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	licitação	4620/2021 Listagem de processos analisados - ANEXO		inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	inexigibilidade de licitação realizados pelo Fundo Municipal de Saúde, constatou-se a legalidade de 99% das amostras selecionadas. Total de processos nessa categoria: 46 processos Valor total das contratações por dispensa e inexigibilidade: R\$ 3.226.603,03	dispensa e inexigibilidade: R\$ 727.489,74 Total de processos selecionados aleatoriamente para amostra: 23 processos
--	-----------	--	--	---	---	---

Processo nº 4620/2021 - Ação de Auditoria 004/2021 do PAAI 2021 – Auditoria Governamental de Conformidade

Objetivo de auditoria: Avaliar se as contratações por Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24, 25 e 26 da Lei de Licitações.

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui e Heloisa de Resende Viana

Prazo: 31 de dezembro de 2021

Valor total das contratações por dispensa e inexigibilidade: R\$ 3.226.603,03

Valor total da amostra dos processos de contratação por dispensa e inexigibilidade: R\$ 727.489,74

Valor de distorção: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Conclusão: Distorção não relevante a ser considerada como Achado de Auditoria, em razão do Nível de Confiança de 99% (noventa e nove por cento) da legalidade dos processos de contratação analisados.

Recomendações: Recomendação ao Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca para que adote rotinas preventivas quanto as correções apontadas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Partindo da análise do valor total das contratações por dispensa e inexigibilidade (formalizadas por contrato) no Fundo Municipal de Saúde Águia Branca no período de 01.01.2021 a 31.12.2021 que foi de R\$ 3.226.603,03 (três milhões duzentos e vinte e seis mil seiscentos e três reais e três centavos), em comparação com a **Amostra selecionada pela Equipe de Auditoria em R\$ 727.489,74 (setecentos e vinte e sete mil quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos)**, e o valor de distorção representado pelos dos Achados de Auditoria no montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) **CONCLUI-SE** que o montante de distorção não é suficiente para macular as contas do Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca nos processos de contratação por dispensa e inexigibilidade no exercício de 2021, em razão do Nível de Confiança de 99% da legalidade das contratações nessa categoria realizada.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
2.2.28	<p>Constatou-se a ocorrência de 14 (quatorze) quebras de ordem cronológica sem apresentação de justificativa prévia pertinente nos meses (junho e setembro) de 2021.</p> <p>JUNHO/2021 FONTE DE RECURSO: 12140000000 Nº de liquidação: 929/2021 930/2021 933/2021</p> <p>FONTE DE RECURSO: 12110000000 Nº de liquidação: 926/2021 927/2021 928/2021 929/2021 970/2021 971/2021 972/2021</p> <p>FONTE DE RECURSO: 22140000000 Nº de liquidação: 923/2021 931/2021</p> <p>SETEMBRO/2021 FONTE DE RECURSO: 12140000000 Nº de liquidação: 1352/2021</p> <p>FONTE DE RECURSO: 22140000000 Nº de liquidação: 1353/2021</p>	<p>Foi encaminhada ao Setor de Tesouraria, solicitação de Justificativa quanto as motivações que levaram a quebra de Ordem Cronológica nos meses junho e setembro avaliados sem apresentação de justificativa prévia em conformidade com Decreto nº 9.285/2021 – Instrução Normativa SFI 02/2021, de 17.03.2021.</p> <p>Justificativa apresentada, informando que o Sistema da E&L não estava funcionando corretamente, e apresentava falhas no ato dos pagamentos, não bloqueando as liquidações que gerariam quebra de ordem cronológica. Justificou que foram solicitadas em diversas oportunidades a Empresa E&L, a correção do sistema. Nesse sentido, informou que, apenas no mês de outubro de 2021, o Sistema passou a funcionar de maneira adequada, atendendo as demandas da tesouraria.</p>	<p>Atendido.</p> <p>Inconsistências corrigidas pelo Setor de Tesouraria.</p> <p>Observações contidas abaixo.</p>

Após verificação dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual do exercício de 2021, e demais itens que foram objeto de Auditoria no exercício de 2021, foram encaminhadas Orientações e Recomendações a Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca.

Quanto ao item 2.2.28 - Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades da Tabela Referencial 01 da IN 68/2020 do TCEES, foi analisado por



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

critério de amostragem aleatória, os pagamentos realizados nos meses de junho, setembro e dezembro do exercício de 2021.

Após detecção do referido Achado, a Controladoria Geral do Município encaminhou o **OFÍCIO/CGM/047/2022**, oportunizando a apresentação de justificativa pela Coordenação da Tesouraria sobre a quebra de ordem cronológica de pagamentos sem prévia justificativa.

Em resposta ao Achado, o Coordenador de Tesouraria, responsável pelos pagamentos do Fundo Municipal de Saúde de Água Branca, apresentou a seguinte **JUSTIFICATIVA:**

“Quanto as 14 (quatorze) quebras de ordem cronológica sem justificativas apresentadas nos pagamentos do Fundo Municipal de Saúde de Água Branca, nos meses de junho e setembro de 2021 pela Controladoria Geral do Município, denota-se que todas evidenciam pagamentos do consórcio CIM NOROESTE. Quanto à ausência de justificativa, informo que o Sistema da E&L não estava funcionando corretamente, e apresentava falhas no ato dos pagamentos, não bloqueando as liquidações que gerariam quebra de ordem cronológica. Justifico que foram solicitadas em diversas oportunidades a Empresa E&L, a correção do sistema. Nesse sentido, informo que, apenas no mês de outubro de 2021, o Sistema passou a funcionar de maneira adequada, atendendo as demandas da tesouraria. Portanto, pode ser observado inclusive no mês dezembro analisado, que os pagamento realizados da empresa CIM NOROESTE, seguem corretamente a ordem cronológica de pagamentos, não apresentando demais inconsistências apontadas.”

Consoante a justificativa apresentada pelo Coordenador de Tesouraria, **Sr. Thaynan Caprini Siqueira Sala**, responsável pelos pagamentos do Fundo Municipal de Saúde de Água Branca, a Controladoria Geral do Município acolhe a JUSTIFICATIVA apresentada, verificando que, de acordo com as informações prestadas pelo Setor de Tesouraria, em análise aos pagamentos realizados no mês de dezembro de 2021, de fato não há ocorrência de quebra da ordem cronológica de pagamentos em desconformidade com o Decreto nº 9.285/2021 que institui a Instrução Normativa Interna SFI 02/2021, isto é, o Setor de Tesouraria efetivou as correções necessárias durante o exercício de 2021.

Além disso, tendo em vista que a análise técnica foi realizada por método de amostragem, considerando as informações dos meses junho, setembro e



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

dezembro do exercício de 2021, cabe mencionar, que durante os períodos analisados foram realizados 684 pagamentos pelo Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca, sendo que, foram detectadas 14 (quatorze) ocorrências de quebras de ordem cronológica sem apresentação de justificativa pertinente, em relação às Fontes de Recursos nº 12140000000, nº 12110000000, nº 22140000000.

Contudo, vale mencionar que as referidas quebras de ordem cronológica de pagamentos sem justificativa, representam 2,04% do total de pagamentos analisados, isto é, dos pagamentos selecionados para análise referentes ao Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca, constata-se Nível de Confiança de 97,96% de conformidade com a Ordem Cronológica de pagamentos por fonte de recurso.

Portanto, denota-se que não subsistem outros Achados, pendentes de correções na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual da Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca elaborada sob a responsabilidade do Ordenador de Despesa Marlos Aniszesky Bergami (Decreto nº 9.154/2021), relativo ao exercício de 2021.

Em nossa opinião, tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no **item 1.1** desta manifestação, previstos na IN 68/2020 do TCEES, e os documentos componentes da Prestação de Contas Anual, apresentados a esta Unidade Central de Controle Interno, a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR**.

Denota-se que, quanto ao Achado descrito no **item 1.2**, este se encontra atendido, sendo que as devidas correções foram realizadas no exercício de 2021 pelo Setor de Tesouraria, responsável pelos pagamentos do Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca, razão pela qual a Controladoria Geral do Município, deixa de apresentar como ressalva o ponto de controle analisado em razão do achado não apresentar distorção relevante, contudo, recomenda a Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca, que faça constar as quebras de ordem cronológica



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

injustificadas, e as conclusões exaradas pela Unidade Central de Controle Interno em Nota Explicativa.

No tocante as razões que levaram a abstenção do Controle Interno da análise de alguns itens da IN 68/2020 do TCEES, depreende-se que, a alta demanda encaminhada por outros órgãos de controle externo, aliado a insuficiência de carga horária da única servidora efetiva no cargo de Auditor Público Interno, formada em Ciências Contábeis que possui carga horária semanal de 20 (vinte) horas para atendimento da demanda de 04 (quatro) unidades gestoras, prejudicou o alcance de forma efetiva dos pontos de análise contábil, descritos na IN 68/2020 do TCEES.

Águia Branca/ES, 25 de março de 2022.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

ANEXO



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

ANEXO I

Ponto de Controle: 2.6.6 – Dispensa e inexigibilidade de licitação

Período: 01.01.2021 a 31.12.2021

Valor total das contratações por dispensa e inexigibilidade: R\$ 3.226.603,03

Total de processos nessa categoria: 46 processos

AMOSTRA SELECIONADA

Processo de Auditoria nº 4620/2021

Total de Amostras: 23 processos

Amostra de contratações por dispensa e inexigibilidade no valor de: R\$ 727.489,74

Nº do processo	Valor do Contrato (R\$)
006/2021	129.211,70
008/2021	225.653,53
161/2021	7.860,00
203/2021	10.174,33
160/2021	14.460,00
583/2021	22.708,33
813/2021	57.052,20
875/2021	6.193,33
1029/2021	6.000,00
1200/2021	4.660,00
1459/2021	78.400,00
2056/2021	6.041,66
2092/2021	1.740,00
2091/2021	1.740,00
2094/2021	2.252,33
2093/2021	2.252,33
2517/2021	5.160,00
3058/2021	24.250,00
3057/2021	18.000,00
3120/2021	20.250,00
3063/2021	36.000,00
3064/2021	18.000,00
4990/2021	29.430,00
TOTAL	R\$ 727.489,74